

# Transparência no novo Censo

Encurtar o questionário pode implicar economia de conhecimento

---

## Cecilia Machado

Economista, é professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

De tempos em tempos, as economias se preparam para seus Censos Demográficos, que fornecem uma fotografia das condições sociais da população e subsídios ao governo na elaboração de políticas públicas e transferências de recursos aos entes federados, além de ser importante insumo para a comunidade acadêmica em busca de evidências nos dados.

No Brasil, o próximo Censo, em 2020, encontra-se diante de uma proposta de reformulação, em que o principal pilar é o encurtamento do questionário.

Nesse cenário, as oportunidades são enormes, assim como os desafios. Uma coleta de dados da importância e dimensão do Censo não pode falhar, ao mesmo tempo em que precisa se adaptar ao contexto de cada país, que evolui em dez anos.

Nos EUA, por exemplo, o Censo de 2020 está sendo cunhado como o mais controverso de todos, pelo anúncio, em 2018, da inclusão de pergunta relativa à cidadania dos indivíduos.

Com orientação política na visão de muitos, a pergunta terá seu mérito julgado pela

Suprema Corte em breve. Mas a mudança no questionário não é a única pela qual passa o Censo americano, que contará com preenchimento do questionário pela web, usará tecnologia para a alta resolução de imagens na definição de endereços e terá alto investimento em propaganda para conscientizar a população de sua importância.

Mas toda essa revolução pelo qual o Censo americano passa levou anos de planejamento, com a coordenação de vários atores nos planos gerenciais e operacionais,

além do apoio de técnicos e acadêmicos. Mudanças no questionário, como a pergunta relativa à cidadania, só podem ser propostas no mínimo dois anos antes do Censo. Esse tempo é necessário para averiguações e escrutínio público, evitando que alguma função do Censo seja prejudicada.

Essas questões se tornam mais relevantes no caso do Brasil. Pegos de surpresa a poucos meses do início da coleta de dados, nos vemos diante da iminente realização do Censo com propostas de cortes no questionário

que pouco conhecemos.

Cortes ou modificações nos questionários são mais preocupantes do que a inclusão de novas perguntas, pois podem implicar a perda de informações importantes ou ainda inviabilizar estudos sobre nossa economia e sociedade. Muito se fala em quanto o encurtamento do questionário economizará em custos, mas a economia de perguntas pode implicar economia de conhecimento, uma questão muito mais pertinente.

No pano de fundo está a crise orçamentária, negada categoricamente sob o argumento de que a reformulação é uma modernização necessária. É verdade, o Censo pode (e deve) se modernizar, mas com o cuidado, a discussão e o tempo que merece.

Assim como é verdade que outras fontes de dados podem suprir informações do Censo, como os registros e cadastros administrativos do governo,

quando vinculados entre si. Mas é preciso que esses dados estejam disponíveis à comunidade acadêmica, para que se possa verificar a viabilidade de tal substituição. Hoje, os dados com identificadores pessoais para vinculação são de difícil acesso aos pesquisadores nas diversas esferas do governo.

Os tempos de dificuldade poderiam ser vistos como grande oportunidade para debater, de forma transparente e cuidadosa, o que queremos refletido no nosso Censo e como dados auxiliares serão disponibilizados.

O Censo não pertence a um homem, a um órgão estatístico ou ao governo em exercício. Pertence à sociedade, que merece conhecer sua história também pelos números. E esses números irão guiar a sociedade por pelos menos dez anos. Então, na urgência desse momento, qual será o questionário do nosso Censo em 2020?